

Urgente (para não dizer primordial)

DOM LUCAS MOREIRA NEVES *

Tem fundamento a maledicência nacional, segundo a qual mineiro não perde o trem porque chega de véspera à estação? Se tem, bendita seja esta mineiridade ou mineirice, pois, há pouco mais de um mês, Betinho (aliás, professor Herbert de Souza) e eu caprichamos nela e nos encontramos no aeroporto de Brasília muito tempo antes da decolagem de nossos aviões — o tempo bastante para uma boa prosa. Tivêramos audiências separadas com o presidente da República, eu falando de erradicação do analfabetismo, mediante um sólido plano de educação de base, Betinho propondo, com ardente paixão e admirável objetividade, um sério programa de erradicação da miséria e da fome. A conversa de aeroporto levou-nos a uma perfeita sintonia: eu admiti, sem dificuldade, que miséria e fome não podem esperar e têm urgência absoluta, pelo que me pus à disposição para a ajuda que puder oferecer; Betinho reconheceu que, sem verdadeira educação, o combate contra a miséria não tem fim.

Volto, pois, à minha convicção arraigada: para o Brasil de hoje, com seus imensos desafios, nada é mais necessário e urgente — para não dizer: primordial — do que a educação. Promoção humana, libertação, transformação de estruturas e instituições, revolução: coisas certamente boas e válidas. Nenhuma delas, porém, se faz com analfabetos, com legiões “brâncaleão” de ignorantes, à margem da civilização e da sociedade.

Ora, pesa sobre a juventude brasileira uma inquietante hipoteca para o futuro, se este país não for capaz de oferecer aos seus jovens reais possibilidades de educação. Mais exatamente: pesa sobre o país a inquietante hipoteca, pois a sorte dele depende da educação dos seus jovens. Uma nação não é digna da juventude que possui, se e enquanto não se mostra capaz de educá-la.

Educação compreende, naturalmente, alfabetização e por aí começa. A vontade política de extirpar o analfabetismo e o esforço concentrado para conseguir isso a

curto prazo são condições indispensáveis para aspirar ao progresso. Mais de uma nação da velha Europa só cruzou a soleira do Primeiro Mundo pouco antes ou pouco depois da Segunda Guerra Mundial, com planos educacionais audaciosos, aplicados com empenho e rigor, a começar pela vitória na luta sem quartel contra o analfabetismo.

Mas, além da alfabetização, educação é instrução, transmissão de cultura, formação integral da personalidade. Estas coisas todas se fazem na família, na igreja, na escola, na comunidade. E, quanto maior convergência houver entre esses espaços educacionais, melhor para a educação e melhor para o educando.

Receber educação é um direito ligado à cidadania. Tanto mais precioso por ser direito dos que vão viver plenamente sua cidadania entre hoje e amanhã. Cabe, pois, ao Estado o preciso dever de proporcionar às suas crianças e jovens educação obrigatória (pelo menos de primeiro grau) e gratuita. Tal gratuidade deveria ser garantida também aos que, por motivos pessoais ou familiares, optam pela educação dada em escolas particulares, comunitárias e/ou confessionais. Para isso, cabe ao Estado *subsidiar* tais escolas para que não carreguem a pecha de elitistas nem o ônus das mensalidades, sempre contestadas, nem o gravame de só poder matricular os jovens que podem e não os que merecem por sua capacidade intelectual. A tese é polêmica? Pode ser. Mas não descabida ou peregrina, pois vigora, sem maiores questionamentos, nas melhores democracias com custo social várias vezes inferior ao de muitas escolas públicas.

Neste passo da nossa reflexão, detenho-me num outro raciocínio.

Se por *educação* entendemos algo mais que a mera instrução, transmissão de dados e conceitos, informação e erudição; se, como se lê no documento de Santo-Domingo, “há um projeto do homem embutido em

todo projeto educativo, e este vale ou não, segundo constrói ou destrói o educando” (nº 265; cf. também os nn. 266-272), então, faz parte da educação integral a *formação religiosa* do educando. Pois este não é puro corpo, biológico ou fisiológico, mas é, conjuntamente, espírito. No plano do espírito não é só inteligência (razão) ou vontade e sensibilidade. É também alma imortal marcada pela imagem e semelhança de Deus — centelha do divino insuflada na argila original, ser chamado, no plano da fé, à mais íntima comunhão com o Criador, que se revelou também Pai.

Em cada educando é preciso fazer emergir esta imagem divina, revelando-a, apondo-a como alto ideal fascinante e exigente, ajudando a conquistá-la através de renúncias. Conduzindo na vida segundo um *êthos* humano e cristão.

Este ensinamento religioso que se dá na família e na Igreja tem lugar também na escola, sob pena de reduzir-se essa a uma educação mutilada, pela metade. Não falo de aprofundamento catequético, mas de ensino religioso, facultativo para o aluno sob a responsabilidade dos pais, mas obrigatório para a escola, sob a responsabilidade do Estado.

Se os Poderes Públicos têm inteligência e discernimento para ver neste ensino religioso algo não de adjetivo e superficial, quase um luxo, mas de essencial para a formação de homens integrais e de personalidade equilibrada e harmoniosa, devem demonstrá-lo de dois modos: atribuindo tal tarefa a pessoas devidamente habilitadas e retribuindo estas pessoas com justa compensação garantida pelo Estado já que, para a educação integral dos seus filhos, os cidadãos entregam ao Estado taxas e impostos.

Não estão fora de tempo essas considerações, neste tempo de Diretrizes e Bases.